

DOCTRINA E IDEOLOGIA DOS MILITARES

Heiji Tanaka*

Para Isabela

TANAKA, H. Doutrina E Ideologia Dos Militares. *Akrópolis*, 12(1): 57-66, 2004

RESUMO: A atuação dos militares na vida política nacional foi pautada por certas idéias políticas cultivadas no interior das Forças Armadas que serviam como uma espécie de doutrinação dos mais jovens através das escolas de formação dos militares. Mais tarde, quando esses oficiais se tornavam mais graduados, essas doutrinas se perpetuavam de forma cada vez mais ampla, exigindo uma prática atuante das Forças Armadas. Foi assim na Proclamação da República e os militares positivistas, com os tenentes e o seu ideal de Salvação Nacional, posteriormente, com os militares mais sofisticados educados pela Escola Superior de Guerra, dedicados à Doutrina de Segurança Nacional e à geopolítica mundial. O auge dessa atuação foi, sem dúvida, a implantação de regime de 64, todavia, em vários momentos da República a participação dos militares foi significativa – desde Deodoro e Floriano até os presidentes generais que governaram o país de 1964 a 85.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança nacional; salvação nacional; poder civil; poder militar; Brasil potência.

DOCTRINE AND MILITARY'S IDEOLOGY

TANAKA, H. Doctrine And Military's Ideology. *Akrópolis*, 12(1): 57-66, 2004

ABSTRACT: The performance of the military ones in the national political life was ruled by certain politics ideas cultivated inside the Armed forces that served as a type of doctrine of the more young through the schools of military's formation. Later, when these officers became graduate, that doctrines were perpetuated in way more and more wide, demanding an active practice of the Armed forces. It was like this in the Proclamation of the Republic and the positivist military, with the lieutenants and their ideal of National Salvation, later, with the military ones more sophisticated educated for the Superior School of War, dedicated to the Doctrine of National security and the world geopolitics. The peak of that performance was, without a doubt, the implantation of regime of 64, though, in several moments of the Republic the participation of the military ones was significant-from Deodoro and Floriano to the general presidents that governed the country from 1964 to 85.

KEY WORDS: National security; national salvation; civil power; military power; Brazil potency.

Introdução

Uma das principais idéias dos militares no campo político era que, por uma anomalia congênita, os civis eram incapazes de governar e manter a ordem social. Essa incapacidade vinha da própria natureza da sociedade brasileira, ignorante politicamente, que permitia todos os tipos de abusos e corrupção da coisa pública. Esse salvacionismo contaminou as mentes mais brilhantes das Forças Armadas, colocando sobre si o papel messiânico de moralizar o sistema político e tutelar os civis na conduta dos assuntos nacionais. Nos vários momentos críticos da nossa história recente, os militares se sentiram no dever de intervir diretamente, deixando de lado o princípio da primazia do poder civil. A queda de Vargas, o suicídio do próprio em 1954, a posse de Juscelino Kubitschek e a crise de 61 com a renúncia de Jânio Quadros. Em todas essas ocasiões, pareceu que os militares, que pretendiam tomar o poder, se precipitaram, antecipando-se aos acontecimentos, o que fez com que houvesse uma certa resistência nos meios civis e militares. Em 1964, eles conseguiram acertar, aparentemente, o momento de agir e assumiram diretamente o poder.

Neste trabalho, pretendo recuperar, de forma sucinta, a evolução da doutrina e da ideologia dos militares até chegar aos generais que tomaram o poder em 1964 e impuseram um feroz regime ditatorial em nosso país. Ao mesmo tempo,

procurou analisar as contradições da moralidade pregada pelos militares e a estreita visão da realidade política e social que eles contemplavam. A virulência com que combatiam a subversão encontrava o seu contraponto na complacência com que os militares promoviam o rateio do Estado, a concessão de privilégios e ignoravam a corrupção nos altos escalões do governo. Ao final, os militares serviram, muito mais, como instrumentos de dominação nas mãos da elite dirigente do país do que propriamente transmissores de qualquer ideal nacional. Em nome da Segurança Nacional, promoveu-se uma violenta repressão aos movimentos sociais que serviu para consolidar a hegemonia da classe dominante que era contestada nos anos 50 e 60. O seu final tragicômico revela os perigos que nos rondam quando certos grupos querem assaltar o poder de Estado com uma mensagem messiânica de pureza e redenção.

O Ideal de Salvação Nacional

Os militares ocuparam um papel central durante toda evolução da República brasileira. Nesse período, manteve-se como o principal centro de poder, fornecendo o suporte necessário ao poder político dos civis. Todavia, o Exército não tinha esse prestígio até os momentos finais do Império. Até 1870, aproximadamente, a Guarda Nacional se constituía no principal aparato de segurança do Estado, vinculada diretamente aos coronéis que mantinham o poder local sob

* Docente de História da Unipar.

suas rédeas. Era uma espécie de privatização da segurança que, ao final, alcançava o seu objetivo de manter a segurança do todo.

O prestígio dos militares começou a aumentar visivelmente após a Guerra do Paraguai (1864-70). A vitória da Tríplice Aliança sobre as forças de Solano Lopes, arrasando o país vizinho, chamou a atenção para a importância das Forças Armadas dedicadas à Segurança Nacional e que foram marginalizadas sistematicamente durante todo o Império – basta lembrar que, na luta pela Independência, preferiu-se o uso de mercenários ingleses do que confiar armas aos elementos nacionais. A Guerra do Paraguai colocou em evidência a necessidade de se profissionalizar os membros das Forças Armadas (do Exército em especial), afastando-se do modelo descentralizado das forças de Segurança como era a Guarda Nacional. Ao mesmo tempo, essa profissionalização abria a possibilidade para que indivíduos da nascente classe média urbana ingressassem nas Forças Armadas, utilizando-se desse meio para alcançar uma maior ascensão social (e participação política) que não era viável dentro de uma sociedade rigidamente hierarquizada e, em grande medida, agrária e escravista, onde o poder de decisão estava concentrado essencialmente nas mãos dos latifundiários.

Para tanto, era necessário que os militares, enquanto corporação, trouxessem um ideal que se mostrasse novo para a sociedade. Daí o Exército ter encampado questões importantes da época, como o apoio à imigração europeia e, principalmente, a participação intensa nos debates sobre a abolição da escravidão. Ao apoiar mudanças para o país, os militares estavam preocupados em marcar presença no cenário político da época e que refletia o gradual aumento de sua importância dentro da sociedade. Desde a base até a cúpula, havia a idéia de que os militares não poderiam permanecer afastados dos debates políticos que estavam sendo colocados na ordem do dia. Era preciso, pois, estar em sintonia com as mudanças que estavam sendo anunciadas, fazer parte da modernização em curso no país e, um objetivo mais amplo, servir como o agente garantidor da ordem e da estabilidade da nação.

De fato, quando o principal pilar de sustentação do Império, a escravidão, cedeu, não tardou para que o próprio regime desmoronasse de forma melancólica. A atuação conjunta entre abolicionistas e republicanos acabou favorecendo, até casualmente, a ascensão política dos militares. Apesar de, por formação, os militares não serem politicamente engajados, eles conseguiram extrair da situação todos os benefícios que iam ao encontro dos seus objetivos. Adeptos do Positivismo e do seu lema “Ordem e Progresso” colocado num contexto apropriado aos seus interesses, os militares puderam associar o seu ideal (político) com o contexto da época, onde os cafeicultores paulistas, muito mais realistas, almejavam alcançar o poder político puro e simplesmente. Essa aliança oferecida pelos civis mostrou aos militares a importância que o Exército estava tomando no cenário nacional como o garantidor da Ordem. O ponto culminante desse processo foi, evidentemente, a Proclamação

da República e os seus primeiros desdobramentos¹.

Nos cinco anos iniciais da República, o país foi governado por dois marechais – heróis da Campanha do Paraguai: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. À primeira vista, o fato de Deodoro ter sido nomeado chefe do governo provisório talvez tenha sido uma forma que os cafeicultores encontraram para contemplar os militares pelo auxílio decisivo na deposição do Imperador. Porém, havia uma outra faceta que não podemos nos esquecer: o fato de que o Exército tinha a consciência de sua importância no processo político e começava a reivindicar o seu próprio espaço – dando início a uma dicotomia entre civis e militares que nos acompanhou por quase todo o século XX. E a escolha de Deodoro também tinha outros significados: herói da Guerra, que veio de dentro do regime imperial, demonstrando a insatisfação com as idéias pretensamente anacrônicas do velho regime. Havia outros nomes de dentro do Exército que eram chamados de republicanos históricos, mas que não poderiam oferecer a unidade do Exército que era exigida naquele momento.

No entanto, os governos militares de 1889-94 mostraram também outras coisas. A principal delas era a completa falta de habilidade política de Deodoro e Floriano, associada ao desconforto de ter que se submeter a algum tipo de controle político por parte dos civis. Depois da Constituição de 1891, Deodoro impôs, sob severas ameaças, a sua candidatura numa eleição indireta contra Prudente de Moraes, o preferido da oligarquia cafeeira. Acabou vencendo, mas num sinal de protesto, os constituintes elegeram Floriano, que era candidato na chapa de Prudente, como vice-presidente. Deodoro assumiu o poder enfrentando hostilidades do Congresso Nacional e do seu próprio vice – apesar de pertencerem à mesma corporação. Incapaz de governar sob pressão e sofrendo a oposição velada dos civis e dos militares, tentou utilizar-se da força para se manter no poder. Mandou fechar o Congresso no final de 1891, perdendo o pouco apoio que ainda contava entre os setores civis e militares que já começavam a conspirar junto a Floriano. Destituído de sustentação política, o único caminho que lhe restou foi a renúncia – aceita de bom grado pelas oligarquias e pelo próprio Exército.

Floriano assumiu em meio a duas revoltas que começaram a pipocar já no governo de Deodoro. No sul a Revolução Federalista colocava o país a beira de uma guerra civil; a Revolta da Armada colocava a Marinha contra o Exército, numa cisão das Forças Armadas que ameaçava a própria República. Em meio a essa tempestade, poucos se preocuparam com o caráter inconstitucional do governo de Floriano. De acordo com a Constituição, o vice-presidente só poderia continuar o mandato do titular se este houvesse cumprido, pelo menos, a metade do mandato. Não era, obviamente, esse o caso. Os oficiais que ousaram questionar a constitucionalidade do governo Floriano foram sumariamente presos por insubordinação. Questionado por um auxiliar sobre a possibilidade do Supremo Tribunal Federal conceder habeas-corpus aos oficiais, Floriano foi direto e sarcástico: “E quem dará habeas-corpus aos juizes do Supremo?”².

¹ Sobre a Proclamação da República e a notória ausência de participação popular, ver José Murilo de Carvalho, *Os bestializados*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, especialmente pp. 15-41.

² Sobre o período inicial da República e sua evolução, ver Fernando Henrique Cardoso, “Implantação do sistema oligárquico (dos governos militares a Prudente-Campos Sales)”, in *A construção da democracia*, São Paulo: Siciliano, 1993, pp. 11-50.

Na mentalidade dos florianistas, endossada pela elite civil, o momento extraordinário vivido pelo país justificava um governo forte e autoritário que zelasse pela ordem nacional – uma doutrina que está na base do pensamento positivista. Com o passar do tempo essa idéia foi sendo cada vez mais internalizada pelos membros das Forças Armadas. Estava aberto o caminho para uma ditadura militar de Floriano que, curiosamente, acabou não se concretizando. De um lado, apesar de autoritário, Floriano acabou cumprindo o calendário político que marcava novas eleições em 1894, talvez motivado pela obediência à lei que ele mesmo ajudara a colocar em prática. O seu autoritarismo se justificava pelo desafio que as forças de oposição faziam ao governo central – uma espécie de desrespeito à hierarquia, algo tão caro aos militares. Por outro lado, Floriano talvez avaliasse que não contava com apoio suficiente para enveredar por esse caminho sempre perigoso. Depois de cinco anos, vencidas as resistências iniciais, a oligarquia cafeeira pretendia se apoderar do poder do Estado por si mesma.

A partir daí, ocorreu uma crescente dicotomia entre o poder civil e o poder militar, numa relação eivada de preconceitos de ambas as partes. Para os civis, a primazia do poder político cabia a eles, devendo os militares se resguardar no papel de garantidores da segurança nacional. A subordinação dos militares se devia, também, ao fato de os militares serem despreparados para o exercício do poder político – seja pela formação intelectual insuficiente, seja pela própria organização corporativa que exigia uma lealdade que inexistia no jogo político. Por outro lado, os militares se auto-proclamaram os guardiões da ordem pública e fiadores do poder civil. Para os militares, os civis é que eram incapazes de governar o país oferecendo uma certa estabilidade. Em função da corrupção e da defesa de interesses particulares, o poder civil se veria sempre ameaçado pela desordem e que, em algum momento, exigiria a intervenção dos militares.

Durante a República Velha, em função dos mecanismos de dominação criados pelas oligarquias, a estabilidade política não foi seriamente comprometida pela corrupção ou qualquer outro motivo. Os militares mantiveram a sua influência (política e social), assistindo à distância o desenrolar do processo. Mesmo sendo chamado para atuar diretamente, o Exército é que se integrou à dinâmica do regime como no caso da Guerra de Canudos (1896-7), de Hermes da Fonseca (sobrinho de Deodoro), que foi escolhido como candidato das oligarquias na eleição de 1910 contra o civil Rui Barbosa, apoiado por São Paulo, ou da Guerra do Contestado (1912-6). Excetuando esses momentos de participação direta nas ações governamentais, a cúpula das Forças Armadas manteve-se fiel ao princípio da primazia do poder dos civis sobre os militares, tornando-se até mesmo conivente com os vícios de um sistema dominado pelas oligarquias extremamente corruptas.

Desse modo, a cúpula das Forças Armadas foi se afastando da sua base. Enquanto os altos membros do Exército e da Marinha podiam usufruir os privilégios advindos da proximidade com o poder, os jovens oficiais se viram cada vez mais distantes, social e politicamente, dos ideais que lhes eram inculcados em seu processo de formação, obrigados a

silenciarem sobre todos os assuntos por causa do respeito à hierarquia. Na década de 20, espelhando o clima de agitação que tomou conta em várias partes do mundo, os tenentes surgem como os portadores do ideal de Salvação Nacional abandonado pelos oficiais de alta patente. Os jovens oficiais traziam uma mensagem reciclada que mesclava um exaltado nacionalismo e um moralismo exacerbado que pregava o combate à corrupção e a moralização do sistema político dominado pela máquina eleitoral dos coronéis que mantinham o seu poder através da violência e do clientelismo. Não era uma mensagem nova, mas se constituía numa certa revolta dos jovens oficiais contra a cúpula das Forças Armadas instalada confortavelmente em seus gabinetes.

As revoltas tenentistas agitaram o país a partir de 1922, obrigando o presidente Artur Bernardes (1922-6) a cumprir todo o seu mandato sob estado de sítio. A revolta dos 18 do Forte Copacabana, apesar do seu completo fiasco, projetou o ideal de heroísmo e coragem especialmente na figura de Eduardo Gomes – futuramente, Brigadeiro Eduardo Gomes, patrono da Aeronáutica. Jovens oficiais se sentiram estimulados a promover levantes em São Paulo e no Rio Grande do Sul até a origem da lendária Coluna Prestes, que rodou 25 mil km por todo o país para levar a mensagem dos tenentes. Perseguidos até a exaustão pelas forças do governo, os tenentes tiveram que esperar até 1930 para atingir, ao menos parcialmente, o seu objetivo de alcançar o poder político.

Com a Revolução de 1930, a maioria dos tenentes se aliou às forças rebeldes lideradas por Getúlio Vargas. Vitoriosa a Revolução, Vargas foi relativamente generoso com os tenentes, até porque tinha a consciência do poder dos tenentes de mobilizar os seus iguais (mas não as massas) e promover agitações por onde se organizavam. Desde o início, o tenentismo se constituiu num movimento elitista, onde o povo era visto como uma massa de manobra. Mesmo a Coluna Prestes não tinha o objetivo de trazer o povo para a participação política, mas tão somente levar a sua mensagem até ele. Permanecia a idéia de que era necessário esclarecer o povo, incapaz de compreender a realidade por si mesmo. Por isso, Vargas tratou de mantê-los o mais próximo possível sem, contudo, dar-lhes muito poder – até porque Vargas compartilhava dessa idéia paternalista com relação ao povo. Aos tenentes restara apenas duas alternativas: fazer oposição ao novo regime ou serem cooptados por ele sem possuir de fato o poder de decisão.

Uma minoria trilhou pelo primeiro caminho: Isidoro Dias tornou-se um dos líderes da Revolução Constitucionalista de 1932, quando os paulistas tentaram uma reação contra os novos detentores do poder sem obter sucesso. O tenente mais ilustre que inicialmente se opôs a Vargas foi Luis Carlos Prestes. Líder da Coluna que levou o seu nome, Prestes se embrenharia pelos caminhos do comunismo, fundando a Aliança Nacional Libertadora, tentando promover levantes em todo o país e acabou passando oito anos preso nos porões da ditadura do Estado Novo³. A maioria dos tenentes seguiu a trilha do poder, embalada e seduzida pelas promessas de Vargas. Nesse sentido, o que mais se beneficiou com o apoio dado a Vargas foi Juarez Távora que passou a ter influência

³Curiosamente, Prestes se tornou um aliado de Vargas nos anos subseqüentes. No comando do Partido Comunista, Prestes acreditava que se constituía em um elemento chave para o trabalhismo de Vargas e a sua aproximação com as camadas populares. Uma estratégia equivocada do líder comunista que lhe custou muito caro com a cassação do PCB em 1947.

em quase todos os Estados do nordeste com o patrocínio do chefe do novo regime⁴. Um outro caso notório foi o de Filinto Muller, que se transformou no temido chefe da Polícia Secreta de Vargas. Com o tempo, porém, os tenentes acabaram se desencantando com o getulismo, principalmente após 1937, quando Vargas implantou a ditadura do Estado Novo. Depois disso, Juarez Távora e Eduardo Gomes tornaram-se visceralmente anti-getulistas.

No entanto, Vargas, uma raposa política, educado no jogo político da República Velha, podia manipular e desfazer-se dos tenentes de acordo com a sua vontade porque mantinha uma sólida retaguarda, garantida não apenas pelo apoio das várias oligarquias regionais, descontentes com o excessivo poder de São Paulo, mas, principalmente, porque contava com o apoio da velha guarda das Forças Armadas: o seu ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e o seu chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Góis Monteiro. Esses dois generais deram a sustentação necessária para que Vargas pudesse se perpetuar no poder por quinze anos, utilizando-se de todos os casuismos possíveis – desde um governo provisório que durou quatro anos até a implantação de uma feroz ditadura em 1937 e que duraria até 1945. Mesmo a queda de Vargas foi coordenada pelos dois generais que articularam uma saída honrosa para o seu chefe. E não será coincidência que o presidente eleito diretamente em 2 de dezembro de 1945 foi Eurico Dutra, um general, de dentro do antigo regime, que contou com o apoio entusiasmado de Vargas, talvez já pensando em um futuro retorno ao poder – como de fato iria ocorrer⁵. Como militar, Dutra se constituía numa certa garantia de estabilidade e de aceitação entre os setores civis e militares.

A Ideologia da Segurança Nacional

O final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, coincide com a queda de Vargas que irá ocorrer em outubro. Vargas será deposto pelos mesmos generais que o acompanharam em sua longa permanência no poder, garantindo, assim, uma transição sem traumas para o país e também para o próprio ditador. O clima de final da Guerra, com a vitória dos Aliados, tornou insustentável uma ditadura de cunho fascista que Vargas desenhou a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo. O estabelecimento de uma ordem constitucional e democrática (até onde isso fosse possível) tornou-se um imperativo para as lideranças civis e militares que, em certa medida se opunham a Vargas⁶.

A oposição a Vargas, porém, era bastante relativa – como podemos depreender com a evolução do Populismo a partir de 1945. Por parte dos civis, a maioria se alinhou as novas forças do getulismo que conseguiram se manter próximas ao poder. Ao permanecer no poder por quinze anos, Vargas havia criado uma corrente política e ideológica que poderia se desenvolver de forma bastante (mas não completamente) autônoma. Daí a formação do PSD e do PTB que mantiveram estreitos laços com o seu principal líder,

influenciando todo o período que vai de 1945 a 1964, sobrevivendo ao suicídio de Vargas em 1954. Outros segmentos políticos, tanto à direita como à esquerda do espectro político, eram facilmente cooptados pelas forças getulistas no poder – algo fácil de se compreender na história do país. Por parte dos civis, a única oposição ideológica verdadeira – e motivada por um ódio mortal ao getulismo – era aquela encampada pela UDN, liderada nos anos 50 por um barulhento jornalista chamado Carlos Lacerda e para onde foram, inclusive, vários tenentes do passado como Juarez Távora e Eduardo Gomes.

No entanto, a mudança mais visível que ocorreu foi em relação à posição dos militares em relação ao getulismo. De um lado, a participação do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados criou um sentimento contrário aos governos ditatoriais cuja melhor encarnação era a ditadura de Vargas recém-superada. O receio de que não apenas o próprio Vargas, mas também os seus seguidores, fossem adeptos da prática do golpismo por natureza, fizeram com que os militares de alta patente passassem a alimentar uma certa desconfiança com o getulismo. E podemos dizer que havia razões plausíveis para essa desconfiança dos militares. Mas era uma visão um tanto limitada da realidade, pois os militares não enxergavam que a ameaça de uma ditadura poderia vir tanto do getulismo quanto das forças de direita. A questão é que esse sentimento de desconfiança dos militares em relação ao getulismo, ao invés de ser atenuado, foi apenas se intensificando nos anos 50 e 60.

Por outro lado, com a emergência da Guerra Fria, os militares em quase todo o mundo tiveram a sua importância ampliada de forma significativa. No Ocidente, a ameaça do comunismo tornava-se uma realidade que deveria ser combatida de todas as formas. Era preciso, pois, definir a política externa do país quanto à questão geopolítica mundial, de qual lado nos colocaríamos na nova ordem internacional que se definia após a Segunda Guerra. E essa escolha não era das mais difíceis para os militares que, no Brasil, se sentiam no dever de interferir nas questões políticas. A nova geração de generais, que participara da Guerra, como Cordeiro de Farias, aceitou com certa tranquilidade a eleição de Dutra para a presidência e viam com simpatia as medidas iniciais do novo governo que, no plano externo, alinhava o Brasil diretamente aos interesses dos EUA e, internamente, havia conseguido impor a cassação do Partido Comunista liderado por Luis Carlos Prestes.

Mas essa nova geração queria mais do que simplesmente participar indiretamente do poder. Os novos generais desejavam influenciar diretamente a vida política do país, mesmo que atrelados aos governos civis, considerados, a priori, incapazes de governar sem a tutela dos militares. Formalmente, o presidente da República era o chefe das Forças Armadas; mas isso deveria ser apenas isso – uma formalidade. Daí a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1948. O mentor da ESG foi o general Cordeiro de Farias, anti-

⁴ Sobre o papel dos tenentes na Revolução de 1930 e a sua participação na República de Vargas, ver Boris Fausto, *A Revolução de 1930*, São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 57 e seguintes.

⁵ O longo período que Vargas se manteve no poder é minuciosamente analisado por Thomas Skidmore em sua imprescindível obra *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ É impossível falar em redemocratização no pós-Guerra, pois em todo período republicano não tivemos, de fato, governos que poderiam receber a denominação de democráticos. Na República Velha, os mecanismos de dominação, como o coronelismo, mantinham o poder nas mãos das oligarquias tradicionais dos Estados; na República de Vargas, por sua vez, a democracia não se consumou mais uma vez. Sob essa perspectiva, o Populismo será, de fato, o primeiro período que poderíamos chamar de democrático na história política do país – apesar de todas as suas limitações.

getulista assumido, inspirado no National War College, a escola americana de formação de altos oficiais. A ESG deveria funcionar como um centro de estudos militares, voltado para a formação de uma elite intelectual capaz de compreender a geopolítica mundial e criar uma doutrina a ser seguida pelo Brasil nos assuntos relacionados a essas questões. Dessa doutrina, o ponto essencial era o anti-comunismo, considerada uma ideologia alienígena, contrária aos ideais brasileiros mais elevados que deveriam estar baseados nos valores cristãos e ocidentais. O alinhamento com os EUA, no plano internacional, era uma consequência natural dessa doutrina, voltada fundamentalmente para a segurança nacional e o combate ao comunismo.

Dessa forma, o anti-comunismo dos militares acabou se transformando, quase que automaticamente, no próprio anti-getulismo. As constantes crises militares das décadas de 50 e 60 refletem essa realidade, a começar com o fato de que, em 1950, Vargas retorna ao poder – agora nos braços do povo. Os reacionários enxergaram nesse fato a ameaça do retorno da prática do golpismo que caracterizara a figura de Vargas no passado. Todo o período em que Vargas ficou no poder (1951-4) foi marcado por turbulências e sobressaltos, inclusive nos temas em que havia um certo consenso entre os militares – como a criação da Petrobrás em 1953. A crise de 1954, que levou o velho caudilho ao suicídio, encontrou o seu ponto alto na ameaça de deposição de Vargas pelos militares, acuado por denúncias estarrecedoras de corrupção e tráfico de influência.

A questão era que, mesmo com o fim de Getúlio, os getulistas permaneceram no poder através da tradicional aliança PSD-PTB, este último liderado pelo afilhado político de Vargas, o igualmente indesejado (para os militares) João Goulart. O receio (verdadeiro ou não, é difícil de ser estimado) de que os getulistas estavam preparando a implantação de uma república sindicalista, nos moldes socialistas, servia como um elemento de coesão e desconfiança dos militares para com os herdeiros do getulismo. Entre os civis, a UDN de Carlos Lacerda fazia coro com os militares, ocultando o fato de que os liberais da década de 50 não conseguiam chegar ao poder através de seus próprios méritos. Magoada e ressentida, a UDN era bastante forte em vários Estados (como Minas), mas, no plano nacional, se via sempre suplantada pela máquina do getulismo.

Apesar disso, havia uma ala dentro das Forças Armadas que zelava pela Constituição e pela legalidade. Depois do desfecho trágico da crise de 1954, os altos oficiais recuaram em algumas de suas posições sem, contudo, controlar totalmente os seus subordinados, obrigando-os a se submeterem completamente ao poder constitucional dos civis. Mas, enquanto os altos oficiais mantivessem a sua posição de respeito à ordem legal, o poder civil poderia respirar com certa tranquilidade. Foi isso que aconteceu em 1955, quando a UDN, com o apoio de uma parte do Exército, quis impedir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek, mais um nome saído das fileiras do PSD. Não fosse a rápida atuação do general Henrique Lott, o golpe poderia ter transcorrido sem grandes problemas. Daí, também, uma certa animosidade dos

militares, especialmente os de baixo e médio escalões, para com o governo de JK.

Nos anos 60, a preocupação com a segurança nacional e o combate ao comunismo irá aumentar ainda mais, fundamentalmente, por causa da vitoriosa Revolução em Cuba comandada por Fidel Castro e Che Guevara. O medo de que o sentimento anti-EUA se alastrasse por outros países e os indícios de que Cuba pretendia exportar a sua Revolução, tornaram os militares mais radicais quanto à Doutrina de Segurança Nacional e à preservação dos valores cristãos e ocidentais. Os altos oficiais moderados foram perdendo espaço dentro da corporação, dando lugar àqueles que pregavam abertamente uma intervenção militar em nome da ordem e da segurança. A tentativa de golpe branco, em 61, tentando impedir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, era um sinal evidente de que os militares mais afoitos desejavam tomar o poder diretamente através da força.

A instabilidade do governo Goulart, um presidente hesitante e exaltado ao mesmo tempo, somente fez avançar a desconfiança que muitos dentro das Forças Armadas já nutriam em relação ao principal herdeiro do getulismo. O golpe de 1964 encerra, politicamente, a era do getulismo – uma forma, aparentemente, ultrapassada de fazer política através da manipulação das camadas populares. A elite já contava com outros planos de contenção social e ampliação da acumulação de capital, que se tornavam necessários diante das mudanças sociais e econômicas pelas quais o país estava passando.

Para os militares, porém, a intervenção em 1964 tinha outros significados. A começar pelo nome dado ao movimento golpista. Para os militares, naturalmente, não se tratou de um mero golpe, mas sim de uma Revolução, redentora dos valores morais que a política miúda dos civis (leia-se getulista) havia solapado perigosamente. O combate à corrupção e o resgate de uma certa pureza da política faziam parte do discurso dos militares que tentavam justificar a quebra da ordem institucional. Apesar de reconhecerem o papel institucional das Forças Armadas, os militares colocavam a intervenção como uma necessidade, um imperativo diante da realidade. Ou seja, na visão de muitos militares, o golpe era a única saída para manter a ordem e a segurança do país, impedindo o avanço de forças subversivas que traziam ideologias estranhas ao povo brasileiro⁷. Numa visão mais ampla, havia uma mistura de ideal de salvação nacional com a ideologia de Segurança Nacional.

No entanto, para obter a sustentação política necessária para se manter no poder, os militares tinham que contar com o apoio de uma parcela significativa dos setores civis. E como bons conhecedores do humor da elite (política e empresarial), os militares fizeram todo tipo de concessão a esses elementos, perdendo, muitas vezes, até mesmo o controle sobre essa situação. Diante da conjuntura da época, as elites civis não hesitaram em assumir um papel secundário no cenário político, submetendo-se a todas as vontades dos militares, especialmente a partir de 1968. Mas, o preço que cobraram foi também muito alto. Em troca de inúmeros e imensos privilégios, os políticos, empresários e a própria classe média, endossaram alegremente as medidas repressivas e o uso sistemático da violência como

⁷ A referência ao povo brasileiro que os militares faziam assemelha-se muito com a dos tenentes na década de 20. Nessa concepção, o povo é amorfo, ignorante, que necessita ser guiado por alguém, pois incapaz de enxergar e analisar a realidade por si mesmo. Numa inversão conceitual, os subversivos e anti-imperialistas eram alienados que foram seduzidos por idéias estranhas aos elementos nacionais. Enquanto discurso havia uma certa coerência, mas que não se sustentava a qualquer discussão mais séria.

meios para os militares se manter no poder. O caminho para a redenção nacional e a moralização dos costumes políticos, tomou uma direção bem diversa, como se para alcançar a salvação fosse preciso conhecer de perto todos os vícios mundanos. O pragmatismo dos militares suplantara qualquer ideal de redenção – se é que eles deveriam ser os portadores de tal mensagem.

Dessa forma, quando a escalada da violência dos grupos de oposição aumentou, a única resposta viável para os militares era, também, intensificar a repressão aos grupos subversivos e desestabilizadores da ordem. A decretação do AI-5, em dezembro de 1968, coroou, de forma melancólica, a institucionalização da violência, da tortura e do terrorismo de Estado. Em nome da Segurança Nacional era possível utilizar-se de todos os meios, independentemente das leis, para manter a ordem e a segurança. O Estado colocado acima da lei é um convite à corrupção e à anarquia. Duas coisas que reinaram absolutas após o AI-5. Já não havia mais ideologia ou ideal, a não ser o de se apoderar do Estado com a ajuda dos civis que encontraram nos militares os agentes perfeitos para garantir o seu enriquecimento rápido e fácil através de uma relação incestuosa com o governo. No final, quando as elites civis já não precisavam mais da tutela do Estado para manter os seus privilégios, elas simplesmente descartaram os militares.

O Sonho do Brasil Potência

As ações dos governos militares no campo econômico centraram-se no binômio Segurança e Desenvolvimento, misturando doutrina política com teoria econômica de forma automática. Era o meio que os militares acreditavam poder usar para alcançar um outro ideal forjado pela sua doutrina: a idéia do Brasil Potência, capaz de influenciar os assuntos internacionais, adquirindo um papel de destaque se não no cenário mundial, ao menos no plano regional e terceiro-mundista. As razões para tal crença eram bastante simplistas: um país de grande extensão territorial, vastos recursos naturais, uma população considerável. Tratava-se de despertar o gigante, deitado eternamente em berço esplêndido. Bastava uma ação diretiva do Estado mais firme e consistente, ao contrário daquela dos getulistas que carecia de objetividade, para que o país deslanchasse o seu desenvolvimento naturalmente. Obviamente, essa firmeza adviria do poder exercido pelos militares e do controle estatal das áreas estratégicas da economia.

Atendendo aos apelos da ala ultraliberal dos economistas ortodoxos, os militares encamparam a idéia de crescimento econômico sem ressalvas – qual seja, não havia nenhuma discussão acerca da relação custo-benefício para a tomada das decisões e muito menos o seu custo social. Primeiramente com Roberto Campos e Otávio Bulhões, depois com Mário Henrique Simonsen e Delfim Netto. Os dois primeiros faziam parte de um seleto grupo de economistas, eruditos e refinados intelectualmente, que acreditavam piamente na doutrina do capitalismo liberal para alavancar o crescimento econômico. Simonsen, nascido em 1935, pode ser considerado o economista mais brilhante de sua geração, assessorando os

sucessivos governos militares desde Costa e Silva. Já Delfim Netto, e seu séquito de especuladores, representam a falência do modelo econômico dos militares em construir, efetivamente, uma nação e não apenas uma economia que apresentasse certos indicadores econômicos que pudessem ser livremente manipulados. Pragmático, Delfim Netto era a encarnação do ideal do Brasil Potência que tanto seduzia os militares.

O governo Castelo Branco (1964-7) foi um período de ajustes econômicos condizentes com a ideologia liberal-capitalista de Campos e Bulhões. Através do PAEG, procurou-se estabilizar a economia, conter a inflação que se projetava em 80% para o ano de 1964, recompor as contas do governo através de uma reforma tributária, estipular uma política monetária e salarial que pudesse conter a elevação dos preços; enfim, criar as condições macro-econômicas para a estabilização das contas públicas de acordo com os manuais de receita dos economistas liberais. Para tanto, facilitou sobremaneira os poderes excepcionais do novo governo, que pôde controlar os movimentos sociais mediante a força. Os sindicatos, especialmente, tiveram as suas principais lideranças expurgadas e o direito de greve foi suprimido. À exceção dos sindicalistas pelegos (obedientes aos governos quaisquer que fossem eles), os líderes que contavam com efetivo apoio das bases, foram sumariamente afastados, obrigando os trabalhadores a passar por um longo período de domínio dos pelegos.

Essas medidas de contenção eram necessárias pelo fato de que a maior parte das reformas de Campos-Bulhões recairia nas costas dos trabalhadores. O controle dos salários que mascaravam um grande arrocho, com reajustes abaixo da inflação, o aumento de impostos e conseqüente aumento dos preços, seriam sentidos diretamente pelas camadas de mais baixa renda. Ao mesmo tempo, vislumbrou-se, nas décadas de 50 e 60, um avanço no processo de expansão do capitalismo internacional em direção aos países periféricos que prometia um acelerado crescimento econômico, numa espécie de queima de etapas do desenvolvimento. Para os governos populistas, extremamente nacionalistas, essa expansão era mais uma armadilha montada pelos países imperialistas⁸. Para os militares, era uma forma de acelerar o crescimento do país e concretizar o sonho do Brasil Potência.

Cooptar os empresários nacionais e estrangeiros para essa tarefa não seria difícil. Através de uma política de subsídios fiscais e financiamentos generosos via BNDE, o apoio da burguesia seria obtido com tranquilidade. O receio da burguesia nacional no sentido de que ela seria anulada com a presença das grandes empresas estrangeiras era compensado pelo fato de que os militares estimulariam todas as formas de associação entre os grupos nacionais e estrangeiros, tornando-se, em alguns momentos, uma imposição do próprio regime para que as empresas multinacionais pudessem ter acesso aos benefícios concedidos pelo Estado. Dessa forma, neutralizava-se o elemento nacionalista que ainda pudesse sobreviver na mentalidade dos empresários nacionais. E eles se mostraram bastante dóceis diante da promessa de enriquecimento sem muito esforço que o governo garantia através de seus generosos subsídios.

⁸ O governo JK (1956-61) deu os primeiros passos para a abertura do país ao capital estrangeiro. Num equívoco comum da época, o governo reteve os chamados setores estratégicos da economia (Energia, Transportes) nas mãos do Estado e estimulou as grandes empresas estrangeiras a produzir aqui os bens de consumo duráveis – o setor que se revelou o mais dinâmico nas últimas décadas.

Para a burguesia internacional, a década de 60 define-se como uma época em que ela precisava se expandir para novas áreas para manter a reprodução da acumulação de capital. A instituição do Estado de Bem-Estar Social, nos vários países de capitalismo avançado, tornava-se cada vez mais caro em função de uma política deliberada de distribuição de renda e proteção social através de um sistema de saúde e previdência bastante oneroso do ponto de vista econômico. A procura por novos mercados produtores, que oferecessem um grande contingente de mão-de-obra barata somada aos subsídios governamentais era bastante sedutor a esses empresários sedentos em aumentar os lucros. A receptividade com que os países periféricos se abriram ao capital estrangeiro caiu como uma luva aos seus interesses, permitindo mais uma década de crescimento dos seus lucros. Por outro lado, mesmo que significasse pouco proporcionalmente, essas empresas podiam contar com um restrito mercado consumidor para os seus produtos na medida em que se criaria um mercado de trabalho para os profissionais com qualificação. Que a imensa maioria da população ficasse de fora desse processo não se constituía em problema algum. Ao contrário, a promessa (até hoje em voga) de que no futuro cada vez mais pessoas farão parte do mercado consumidor desses produtos colaborava para a manutenção da ordem social – mas não tanto quanto a repressão pura e simples do Estado a todos os movimentos sociais⁹. Tornou-se antológica a frase (cínica e enganadora) de Delfim Netto, em meados da década de 70, que dizia: “é preciso fazer o bolo crescer para depois distribuí-lo”.

No entanto, para viabilizar um rápido processo de industrialização o Estado também tinha que cumprir algumas outras tarefas. No caso, era preciso criar, rapidamente, uma infra-estrutura capaz de sustentar o crescimento industrial. Setores como transportes, energia e, até mesmo, educação, encontravam-se estrangulados pelas limitações impostas pela condição de país subdesenvolvido. A iniciativa privada seria incapaz de promover elevados investimentos em setores cujo retorno é bastante demorado. Os próprios militares não permitiriam que certos setores, considerados estratégicos, passassem à iniciativa privada. O Estado precisava, então, capitanear a construção de grandes usinas hidrelétricas, a abertura de rodovias e estimular a criação de um setor de mão-de-obra qualificada (e melhor remunerada) para atender as novas necessidades do mercado de trabalho. Apesar de todo liberalismo no campo econômico, os tecnocratas eram obrigados a aceitar a premissa de que apenas o Estado teria condições de empreender tal tarefa. A pergunta era: com que dinheiro o Estado realizaria a sua parte nos investimentos?

Aproveitando-se de uma conjuntura externa excepcionalmente favorável, os tecnocratas de Brasília enxergaram na captação de empréstimos no exterior uma tábua

de salvação de seus projetos. A partir do momento que as grandes corporações podiam contar com a ajuda dos governos locais para financiar a sua expansão, os grandes bancos privados puderam redirecionar os seus empréstimos para esses governos que tanto necessitavam de recursos. As engrenagens do sistema se auto-ajustaram promovendo simultaneamente a expansão das empresas e a reprodução do capital financeiro. Nos países periféricos, os generosos empréstimos transformaram a paisagem econômica, com centenas de gigantescos canteiros de obras espalhados pelo seu território. O Brasil foi particularmente favorecido por esses empréstimos, o que tornou viável a construção de grandes obras e a obtenção de taxas de crescimento do PIB acima de 12% ao ano. Nas palavras de Delfim Netto, o super-ministro da Fazenda de Médici, era um verdadeiro “milagre” econômico o que estava acontecendo no Brasil¹⁰. Um milagre que, todos sabiam, sem consistência alguma – como talvez todos os pretensos milagres que os tecnocratas anunciam de tempos em tempos.

Porém, um efeito colateral, positivo para os militares, se desenrolou nesse período de elevado crescimento econômico. Com a necessidade de um contingente maior de mão-de-obra qualificada, a classe média brasileira saiu favorecida com a situação. Os militares perceberam isso rapidamente e, já na década de 60, começou a proporcionar incentivos à Educação pública e gratuita que iria favorecer essencialmente as classes média e alta¹¹. Investindo recursos desde o ensino primário até superior, os militares lograram conquistar o apoio da classe média, deslumbrada com a sua nova condição proporcionada pela rápida ascensão social. Os melhores empregos nas grandes empresas, privadas e estatais, foram rateados entre os membros da antiga elite (já privilegiada) e os novos membros dessa elite. Associada a algumas medidas econômicas como a expansão do crédito, permitiu-se à classe média um acesso irrestrito a todos os bens de consumo que simbolizavam o conforto e a prosperidade nos países avançados. Em troca disso, os militares pediam, apenas, que a classe média se mantivesse em silêncio sobre os aspectos políticos constrangedores que estavam ocorrendo no país. Algo que a classe média cumpriu com certa fidelidade até ver os seus próprios interesses econômicos ameaçados com o fim do processo de expansão da década de 70 e a crise começou a se instalar nos seus confortáveis lares entupidos de bens de consumo.

Vícios Públicos, Benefícios Privados

O sonho do Brasil Potência, que vigorou no começo dos anos 70, logo cedeu lugar à dureza implacável da realidade. Já na segunda metade da década de 70, a economia brasileira caminhava em marcha forçada, com a dívida externa aumentando vertiginosamente, momento em que o governo

⁹ Não deve ser apenas coincidência que os vários países que participaram desse processo nos anos 60 e 70, na América Latina e na Ásia, passaram por experiências políticas bastante desagradáveis: governos ditatoriais, repressão, violência, uso sistemático da tortura entre outros. Tais medidas econômicas (ditas liberais) só puderam ser levadas adiante em um ambiente político onde se suprimia as liberdades políticas. Uma contradição que os liberais preferem ignorar sistematicamente.

¹⁰ O único argumento dos defensores do chamado milagre econômico é que o Brasil havia se transformado na oitava economia do Ocidente sob o critério do PIB – um dado absoluto. Uma ilusão, pois a nossa renda per capita, um dado relativo, continuava bastante baixa para qualquer padrão de mensuração. Na atualidade, o PIB em si, tomado isoladamente, não tem nenhuma importância estatística.

¹¹ O Estado investiu bastante no sistema educacional público nas décadas de 60 e 70. Todavia, a permanência na escola em período integral era um privilégio dos mais endinheirados e que os filhos da classe média puderam desfrutar somente através de grandes sacrifícios dos pais. Por outro lado, as universidades públicas eram poucas e, geralmente, localizadas, nos grandes centros urbanos. Sustentar um filho fora de casa somente estudando não era uma tarefa fácil para as famílias de baixa renda. Aos mais pobres restou o ensino noturno, supletivo para os que abandonaram os estudos pelo meio do caminho, e as faculdades particulares localizadas nas cidades menores. Reproduzindo esse modelo, a distância entre pobres e ricos foi só aumentando nas últimas décadas.

foi perdendo o controle gradativamente até o seu colapso em 1982. Em meados da década de 70, a dívida externa alcançava 45 bilhões de dólares sendo dobrada já no começo da década de 80. Entre os vários motivos que contribuíram para essa escalada estão a elevação dos preços do petróleo, a explosão dos juros internacionais e, principalmente, o aumento dos gastos estatais que, mesmo diante de todas as evidências em contrário, continuava tomando dinheiro emprestado para tocar as grandes obras. A idéia ufanista de que o Brasil era maior que a crise que se avistava era usada como argumento para que não houvesse uma mudança de rumo diante da crise mundial que se mostrava inevitável.

A desilusão com os sonhos ufanistas da grande nação que estava sendo construída deu lugar, por sua vez, a um certo desnudamento do regime. Enquanto o país parecia crescer a elevadas taxas, os eventuais tropeços do regime ficavam ocultados sob o manto de que os fins justificavam os meios. A partir do momento que se começou a dissecar o regime militar, encontrava-se um limite muito estreito para a pretensa moralidade que os generais defendiam publicamente. Ao contrário, o que ficou evidente era uma completa ausência, por parte dos militares, dos limites entre os interesses públicos e privados que devem fazer parte da vida política de uma nação. A moralidade dos militares, bastante estreita sob todos os ângulos, jamais se incomodou com os ministros, civis e militares, que enriqueciam na calada da noite através de negociatas obscuras e, muito menos, diante de empresários e empreiteiros que se tornaram bilionários através de contratos fraudulentos que corrompiam a coisa pública. Esses aspectos eram secundários para os militares, o preço de ter que lidar com uma elite civil corrupta por natureza.

Se, no campo econômico, os casos de corrupção e negociatas eram mais que evidentes, por outro lado, mesmo quando os militares tentavam dar uma dimensão social aos seus atos, o caráter elitizante dessas medidas não era eliminado. As políticas sociais acabavam se tornando, como em outros campos, uma forma de distribuir privilégios. Veja-se, como exemplo, o caso do ensino público e gratuito. Ao investir grandes somas nas escolas públicas, os beneficiados acabaram sendo os mais ricos e a ascendente classe média que se aproveitou de uma brecha que lhe abriu várias portas rumo à ascensão social. No caso das universidades, estaduais e federais, o acesso a elas continuou restrito a um pequeno grupo que se perpetuou em sua estrutura através das novas gerações que ocupavam os espaços privilegiados das grandes universidades. Se no início a restrição era puramente econômica, posteriormente, com a limitação de vagas nos cursos fazia com que somente os mais preparados (e mais ricos) continuassem a ter acesso a um meio eficaz de ascensão social¹².

Um outro caso de política social deturpada refere-se à construção de casas para os menos favorecidos. O governo instituiu o Banco Nacional da Habitação (BNH) que iria gerir os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os

recursos da Caderneta de Poupança¹³, para financiar a construção de imóveis para a população de mais baixa renda. A medida tinha um duplo objetivo. De um lado, tentar oferecer o mínimo de bem-estar para uma população que havia migrado do campo para a cidade em busca de melhores oportunidades. Serviria, assim, como um elemento de contenção das tensões sociais que acabariam ocorrendo nas cidades de porte médio e grande. Por outro lado, era interessante do ponto de vista capitalista, pois, forneceria crédito para que grandes construtoras pudessem investir na construção civil. Como não poderia deixar de ser, os grandes construtores viram, com toda propriedade, que a construção de moradias para as pessoas de mais baixa renda não trazia um retorno razoável – algo que poderia ocorrer construindo imóveis para a classe média e classe média alta. O desvio dos recursos do BNH para essa finalidade favoreceu enormemente esses segmentos sociais, que puderam financiar casas luxuosas com juros bem camaradas subsidiados pelo Estado. Enquanto isso, nos grandes centros urbanos, a favelização se tornava inevitável até chegar ao ponto do total descontrole que encontramos na atualidade.

No entanto, essa relação incestuosa entre o público e o privado era indiferente para os militares. É interessante observarmos a tolerância do regime para com a corrupção envolvendo grandes somas de dinheiro público e a ferocidade com que atacava os chamados subversivos. O que mais desagradava os militares era o comportamento dos jovens artistas, as suas roupas e as idéias que não iam de encontro com a tradição, à família e a propriedade. A violência com que os militares reprimiam a subversão parecia desmedida, se não desnecessária, diante dos abusos que eram cometidos com a coisa pública. Mas isso não incomodava, de forma alguma, os guardiões da moralidade nacional. Assim como, não causava nenhum tipo de constrangimento o retorno às velhas práticas das oligarquias que se encastelaram no poder nos Estados, cometendo todos os tipos de abusos, sob o olhar benevolente dos militares, apenas porque se calavam diante da repressão e se beneficiavam diretamente com o regime.

O estímulo à prática do coronelismo, nos moldes da República Velha, foi uma das piores heranças deixadas pelo regime militar ao nosso sistema político. É verdade que não existe uma contra-prova, no sentido de que a democracia, por si mesma, pode vencer essa prática arcaica de se fazer política. Todavia, ao necessitar dos civis para legitimar o seu poder, os militares se associaram às velhas oligarquias, espalhadas por todo o país, que simplesmente privatizaram o Estado, tomando conta das empresas estatais, loteando o poder nacional, estimulando a corrupção como regra de conduta; enfim, implantaram um sistema de mandonismo no país que contaminou toda a estrutura política. A maioria das lideranças estaduais, ainda na virada do século XXI, permanece aquelas mesmas que cresceram à sombra do regime militar, beneficiando-se de negócios obscuros, enriquecendo de forma misteriosa e mantendo-se no poder através de práticas

¹² É interessante notar que, no Brasil, quando se fala em cotas para determinados grupos ingressarem nas universidades públicas, a elite reage raivosamente defendendo a igualdade de condições para todos. É um argumento por demais cínico. Nos EUA, a introdução do sistema de cotas tem dado margem a muitas discussões; porém a consciência da desigualdade faz com que os que são contra essa medida se sintam um pouco constrangidos em repudiá-la com argumentos frágeis.

¹³ O FGTS instituiu a cobrança correspondente a 8% da folha de pagamento das empresas, a ser pago pelo empregador e deveria servir como um fundo de reserva caso o trabalhador viesse a ser dispensado. O FGTS era corrigido monetariamente pelo governo com o acréscimo de 3% de juros ao ano. A Caderneta de Poupança foi criada como uma aplicação para pequenos investidores e rendia a correção monetária mais 6% de juros ao ano.

prepotentes e clientelistas¹⁴. Os generais acreditavam que a elite civil estava servindo de instrumento para a manutenção do poder militar. Olhando historicamente, parece que o raciocínio deve ser invertido: os militares é que serviram de instrumentos para que a elite civil consolidasse a sua hegemonia como classe dirigente.

Essa percepção se torna mais clara quando observamos o crepúsculo do regime militar durante o governo de João Figueiredo. Quando o regime militar começou a se desgastar, em função da crise econômica, as elites, que tanto haviam se beneficiado com a ditadura, trataram de desenhar uma alternativa para se manter no poder. Isso significava descartar os militares, se necessário fosse. E é o que realmente irá ocorrer. Corroído internamente, o regime não encontrou meios para evitar a debandada dos civis que abandonavam o regime como ratos de um navio prestes a afundar. O apoio da classe média, tão caro aos militares, se desfez rapidamente, assim que a crise econômica começou a se instalar afetando diretamente os seus privilégios. A imagem de Figueiredo ao final de seu mandato falava por si mesma: um homem solitário, carrancudo, ressentido, abandonado, magoado e traído por aqueles que se enriqueceram às custas do regime militar. José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel, entre outros, trataram de garantir o seu futuro político já contando com o fim do regime militar.

Em 1984, as articulações para a sucessão de Figueiredo passavam ao largo do presidente. A maioria da ARENA, partido que dava sustentação ao regime, bandeou-se para a Frente Liberal (o futuro PFL) e buscava uma acomodação junto ao PMDB que se colocava em posição de vencer a eleição indireta para presidente marcada para janeiro de 85. O prudente Tancredo Neves achou por bem conciliar com os dissidentes do regime e costurou o acordo que levaria à sua vitória no Colégio Eleitoral. Porém, a partir daí, a história é bem conhecida. Tancredo não tomou posse por motivo de doença e faleceu em 21 de abril. Quem assumiu a presidência, num terrível castigo do acaso, foi José Sarney, um dos homens mais comprometidos com o regime militar e que montou uma das mais poderosas oligarquias do regime militar em seu Estado natal, o Maranhão. A posse de Sarney foi melancólica sob todos os aspectos. Figueiredo se recusou a passar a faixa presidencial e saiu pelos fundos do Palácio do Planalto. Sarney tomou posse com um ministério que mais parecia um monstro criado por Tancredo Neves. Além da melancolia da posse, Sarney representava, também, um duro golpe nos anseios democráticos do país, a perpetuação do coronelismo em sua pior espécie, perdendo em prepotência e arrogância somente para a família Magalhães da Bahia. Uma nova geração de generais teve que readequar o papel político das Forças Armadas, aceitando a primazia do poder civil sobre o militar.

Conclusão

Ao longo da história republicana, os militares assumiram um papel quase messiânico com relação ao país, acreditando que o destino da nação estava intimamente relacionado com a sua atuação política. Do ideal de Ordem e Progresso, passando pelo ideal de Salvação Nacional até a Doutrina de Segurança, os militares se viam confrontados com uma realidade que estava distante do seu próprio ideal. Quando intervieram de forma direta, após 64, tentaram colocar em prática os seus ideais da forma que melhor lhes convinha. Mas, faltava-lhes traquejo político para lidar com uma realidade bastante complexa. Acostumados aos princípios da hierarquia, disciplina, obediência, os militares tiveram que se adaptar a uma situação bastante diferente. Podemos identificar nos generais-presidentes que comandaram o regime características bastante singulares. Castelo Branco alimentava ainda uma certa pureza dos ideais; Costa e Silva foi o mais intolerante e intransigente; Médici, talvez o mais cínico, tentava se tornar próximo ao povo; Geisel foi ultra-pragmático, prisioneiro do realismo político; e, finalmente, Figueiredo, cuja marca foi a desilusão e o ressentimento.

Essas marcas se tornaram predominantes em função dos militares acreditarem que era possível manter a elite civil sob estrito controle e impor a ela os seus ideais de moralidade e redenção políticas. No decorrer do processo, foram os militares que se adequaram ao jogo das elites, com vários deles promovendo as mesmas práticas de corrupção e desmandos. Os vícios do poder civil estavam incubados desde o nascimento do regime e se reproduziram com gigantesca velocidade. Para as elites, ocupar um papel secundário na política era uma questão meramente formal e, de certa forma, temporária. Enquanto os militares estivessem atendendo aos seus interesses, as elites aceitariam de bom grado a tutela das Forças Armadas e alimentariam o ego dos generais e altos oficiais. Quando isso não fosse mais necessário, não haveria problema algum em promover o retorno dos militares aos quartéis. Daí, a única alternativa do regime em relação aos movimentos sociais era impor uma violenta repressão que saíu do próprio controle dos militares com a decretação do AI-5 em fins de 1968.

Analisando a primeira metade do século XIX, João Fragoso e Manolo Florentino escreveram que o latifúndio e a escravidão, mais do que uma herança colonial, constituíam-se em uma opção da elite brasileira. Uma opção pelo arcaísmo¹⁵. O que temos assistido em nossa história é a reprodução dessas elites que cultivam o mesmo projeto arcaico de poder, receosas de perder os seus privilégios adquiridos através do autoritarismo e do clientelismo que levaram a esse estado de corrupção da coisa pública. É uma elite que vai adquirindo novas formas, mudando seu comportamento, porém, jamais pretendeu abrir mão de seus privilégios no sentido de compartilhar o poder político em prol de um projeto nacional mais amplo. Se Sarney foi uma concessão ao coronelismo mais rasteiro, a elite procurou rapidamente um

¹⁴ Veja-se o caso da então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, flagrada com um milhão e meio de reais em dinheiro vivo que seriam utilizados para viabilizar a sua candidatura presidencial em 2002. Ao invés de tentar oferecer uma explicação razoável para o fato, a família Sarney se colocou no papel de vítima da prepotência da Polícia Federal. Ou seja, explicar a origem de tanto dinheiro, da forma em que foi encontrado não era preciso. A agora senadora foi absolvida pela Justiça Federal por “falta de provas”.

¹⁵ Ver *O arcaísmo como projeto*, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

representante mais condizente com a sua postura e que não fosse uma ameaça aos seus interesses. Pensou ter encontrado essa figura no filho de um coronel das Alagoas, educado, politicamente, nas teias do regime militar, que mal disfarçava o seu lado arrogante e autoritário, mas carregava uma máscara de modernidade. O seu nome: Fernando Collor de Mello.

A sua trágica passagem pelo poder não esmoreceu essa elite que se travestiu rapidamente de social-democrata e, no momento, veste até mesmo as roupas do velho trabalhismo remodelado por um discurso pretensamente moderno e democrático (e para alguns, até mesmo popular!). Uma coisa que a elite sabe muito bem é que, necessariamente, ela não precisa estar no governo, ideologicamente falando, para manter o seu controle sobre o poder estatal. Em nosso país, não é a elite que procura se adequar aos novos governos, mas sim o contrário – ou seja: os governos é que precisam assumir a defesa dos interesses da elite para que possam chegar ao poder. Uma lição que até mesmo a esquerda parece ter compreendido – e o pior, parece ter aceitado as regras estabelecidas por esse projeto cuja opção é a manutenção das práticas políticas mais arcaicas. Um projeto que pode cumprir todo o ritual exigido por uma democracia, mas que mantém inalteradas as relações de poder e os privilégios das classes dominantes concedidos pelo Estado e que parecem se reproduzir, no Brasil, de forma inercial.

Bibliografia

- CARDOSO, F. H. **A construção da democracia**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- FALETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC, [S. l.]
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, B. **A revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- _____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GORENDER, J. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PILAGALLO, O. **O Brasil em sobressalto**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SINGER, P. **A crise do “milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.